



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



PROJETO DE LEI N.º 1.664/2024

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba o Cavalo Nordestino Pé Duro. PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE

Parecer pela constitucionalidade

RESUMO:

O objetivo do PLO é reconhecer como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba o Cavalo Nordestino Pé Duro.

FUNDAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE:

A CF/88, em seu art. 216, tratou desta temática de maneira bastante inovadora, ao consagrar uma concepção de patrimônio histórico mais abrangente, de forma a compreender os bens culturais de maneira associada aos valores neles investidos e o que representam.

Assim, considero a constitucionalidade do projeto em questão.

AUTORA: DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO

RELATOR: DEP. JOÃO GONÇALVES

P A R E C E R N.º 356 /2024

I - RELATÓRIO

A *Comissão de Constituição, Justiça e Redação* recebe para análise o **Projeto de Lei n.º 1.664/2024**, de autoria do *Deputado Del. Wallber Virgolino*, declarando como patrimônio cultural imaterial do Estado da Paraíba o **Cavalo Nordestino Pé Duro**.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise tem por objetivo reconhecer como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba o **Cavalo Nordestino Pé Duro**.

Em sua justificativa, o autor destaca que:

Considerando a rica história e contribuição cultural do cavalo nordestino Pé Duro para o patrimônio do Estado da Paraíba, é imperativo que se promova sua preservação e valorização. Essa raça, que se formou no Brasil a partir da introdução de cavalos das raças Berbere ou Barbo, do norte da África, e das Someia e Garrano, da península ibérica (Portugal e Espanha), durante os primórdios da colonização brasileira em 1530, desempenhou um papel crucial na formação e desenvolvimento do sertão nordestino.

Ao longo de mais de 400 anos de presença constante no cenário nordestino, o cavalo nordestino Pé Duro foi fundamental para a disseminação de bovinos e outros equinos por toda a região, especialmente nas áreas circunvizinhas ao Rio São Francisco. Os colonizadores se valeram destes animais para adentrar o sertão e explorar as vastas terras interioranas. Contudo, com o decorrer do tempo, devido à inclusão de outras raças e inúmeros cruzamentos, o cavalo nordestino Pé Duro começou a enfrentar o risco de extinção.

Quanto aos aspectos atinentes a esta comissão, temos que a matéria trazida no presente projeto é de natureza legislativa, devido ao seu desígnio de proteger o patrimônio histórico e cultural da Paraíba, em conformidade ao trazido pela Constituição Estadual em seu **art.7º, §2º, VII**.

No que tange a competência legislativa constitucionalmente conferida aos Entes Federativos, ainda no mesmo parágrafo, temos que a competência para legislar acerca desta matéria é de natureza concorrente, do Estado e da União. Vejamos:

Art. 7º São reservadas ao Estado as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal.

(...)

*§ 2º Compete ao Estado legislar privativa e **concorrentemente** com a União sobre:*

(...)

VII - proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, paisagístico e urbanístico;



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”



Ainda, a CF/88 tratou desta temática de maneira bastante inovadora, ao consagrar uma concepção de patrimônio histórico mais abrangente, de forma a compreender os bens culturais de maneira associada aos valores neles investidos e o que representam. Vejamos o teor do art.216 da nossa Carta Política:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

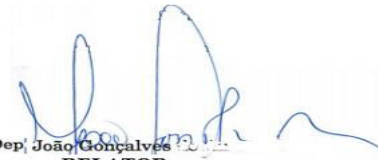
§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Face o Exposto, atendendo ao propósito constitucional de proteção do patrimônio cultural, inclusive por meio da atividade legiferante do Estado, demonstrada na apresentação de projetos como o ora discutido, concluímos que inexistente impedimento de natureza legal que possa obstaculizar sua tramitação.

Logo, esta relatoria opina pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **JURIDICIDADE** do **Projeto de Lei nº 1.664/2024**. É o voto.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2024.


Dep. João Gonçalves
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade dos membros presentes, adota e recomenda o voto da relatoria pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE**, do **Projeto de Lei nº 1.664/2024**, na sua integralidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2024.

DEP. WILSON FILHO
PRESIDENTE

DEP. CÂMILA TOSCANO
Membro

Dep. João Gonçalves
MEMBRO

DEP. LUCINHA LIMA
MEMBRO

DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Membro

DEP. EDUARDO CARNEIRO
Membro

DEP. CHICO MENDES
Membro